

IFECT DA PARAIBA - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

CELSO CARDOSO DA SILVA

Atualizado em

22/04/2026 08:40 (v 0.10)

7/2026

155895-IFECT DA PARAIBA - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra

Número da Contratação

21/2026

Processo Administrativo

23800.000399.2025-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23800.000399.2025-75)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva predial e de equipamentos de refrigeração em geral, com fonecimento de materiais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo I - Serviços de Instalação, Desinstalação e Manutenção de Equipamentos de Refrigeração - Campus Catolé do Rocha.						
Ordem	UND	CATSER	Descrição	Quant. estimada	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 9.000 BTU’S Convencional	8	R\$ 300,00	R\$ 300,00
2	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 12.000 BTU’S Convencional	5	R\$ 344,66	R\$ 1.723,30
3	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 18.000 BTU’S Convencional	3	R\$ 412,20	R\$ 1.236,60
4	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 24.000 BTU’S Inverter	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
5	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 30.000 BTU’S Inverter	2	R\$ 638,21	R\$ 1.276,42
6	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 34.000 BTU’S Inverter	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
7	UND	2020	Desinstalação de Condicionadores de AR de 36.000 BTU’S Inverter	20	R\$ 801,65	R\$ 16.033,00
			Desinstalação de Condicionadores			

8	UND	2020	de AR de 60.000 BTU'S Convencional	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00
9	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 9.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Convencional	8	R\$ 665,50	R\$ 5.324,00
10	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 12.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Convencional	5	R\$ 700,00	R\$ 3.500,00
11	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 18.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Convencional	3	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
12	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 24.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Inverter	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
13	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 30.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Inverter	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
14	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 34.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Inverter	2	R\$ 1.740,89	R\$ 3.481,78
15	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 34.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Inverter	20	R\$ 1.845,00	R\$ 36.900,00
16	UND	2020	Instalação de Condicionadores de AR de 60.000 BTU'S (Até 5 m de tubulação) Convencional	4	R\$ 3.050,00	R\$ 12.200,00
17	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 9.000 BTU'S Convencional	46	R\$ 225,00	R\$ 10.350,00
18	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 12.000 BTU'S Convencional	59	R\$ 225,00	R\$ 13.275,00
19	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 18.000 BTU'S Convencional	40	R\$ 275,00	R\$ 11.000,00
20	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 24.000 BTU'S Inverter	13	R\$ 340,00	R\$ 4.420,00
21	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 30.000 BTU'S Inverter	7	R\$ 400,00	R\$ 2.800,00
22	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 34.000 BTU'S Inverter	3	R\$ 508,00	R\$ 1.524,00
23	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 36.000 BTU'S Inverter	165	R\$ 586,66	R\$ 96.798,90
24	UND	3492	Manutenção Preventiva em Condicionadores de Ar de 60.000 BTU'S Convencional	13	R\$ 680,00	R\$ 8.840,00
25	UND	3506	Manutenção Preventiva de bebedouros e geláguas galão de 20 Litros	10	R\$ 155,00	R\$ 1.550,00
26	UND	3506	Manutenção Preventiva de bebedouros industrial de 200 Litros	8	R\$ 442,00	R\$ 3.536,00
27	UND	2801	Hora Técnica (Manutenção Corretiva)	200	R\$ 319,86	R\$ 63.972,00
28	UND	----	Previsão de gastos para reposição de peças	1	----	R\$ 20.000,00

TOTAL	R\$ 335.641,00
--------------	---------------------------------

Grupo II - Serviços de Manutenção Predial - Campus Catolé do Rocha.							
Ordem	UND	CATSER	Descrição	Quant. estimada	Valor Unit. Estimado	% Desconto	Valor Total Estimado
29	UND	1627	Prestação integral de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva. Os serviços englobam a manutenção de instalações elétricas, subestações, redes de média tensão, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), redes de dados, instalações hidrossanitárias, sistemas de combate e prevenção a incêndios, entre outros componentes essenciais da estrutura física predial.	1	R\$ 143.217,55	X%	R\$ 143.217,55
TOTAL							R\$ 143.217,55

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.7. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. O item 28 possui valor meramente estimativo, e não será objeto de disputa.

1.11. O item 29 será calculado a partir do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou outro que vier a substituí-lo. A disputa se dará a partir do percentual de desconto ofertado pelas licitantes sobre o valor orçado pelo índice mencionado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá apresentar um plano de ação para correção de falhas ou inadequações, contendo prazos definidos para resposta e resolução, de modo a assegurar a continuidade e o bom funcionamento dos equipamentos de refrigeração em todo o campus;

4.1.2. Destinação adequada de resíduos e materiais advindos dos serviços e peças substituídas;

4.1.3. Uso de produtos e técnicas que minimizem o desperdício de materiais e a emissão de poluentes;

4.1.4. Manuseio e descarte correto de fluidos refrigerantes, conforme a legislação ambiental vigente;

4.1.5. Adoção de práticas que promovam a economia de energia e a eficiência dos sistemas prediais; e

4.1.6. Adoção de procedimentos que promovam a redução do consumo energético dos equipamentos, prolongando sua vida útil e otimizando o uso de recursos.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.22. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.(a14)

4.22.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, agendadas previamente, em até 2 dias antes da sessão pública.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: data agendada e indicada na emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Serviço de Instalação, Desinstalação e Manutenção de Aparelhos de Refrigeração
<p>Manutenção Preventiva:</p> <p>Execução de inspeções periódicas, limpezas, lubrificações e ajustes, conforme as especificações do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). Verificação do desempenho térmico e condições técnicas dos equipamentos, abrangendo atividades como limpeza de filtros, evaporadores, condensadores, aplicação de produtos bactericidas, medição de vazão de ar, alinhamento de polias, testes elétricos e verificação do nível de gás refrigerante. Elaboração de um cronograma periódico com frequência definida para cada ambiente, a fim de assegurar a continuidade e eficiência dos sistemas de climatização.</p>
<p>Manutenção Corretiva:</p> <p>Atendimento emergencial aos chamados técnicos realizados pela Contratante, com deslocamento imediato (em até 1 dia útil) dos técnicos ao local, nos horários preestabelecidos. Realização de orçamentos prévios (quando aplicável) e execução dos reparos, que podem incluir a substituição de peças e componentes danificados. Garantia de reposição com peças novas e originais, cuja aprovação orçamentária deverá ser submetida ao Fiscal Técnico do Contrato, respeitando os valores de mercado.</p>
<p>Instalação, Desinstalação e Reposição de Peças:</p> <p>Procedimentos para retirada ou realocação dos equipamentos, conforme necessidade, com todas as atividades de recolhimento de gás, desmontagem e transporte devidamente realizadas pela contratada. Realização das instalações dos condicionadores de ar de forma a assegurar a eficiência térmica, segurança e integridade das instalações.</p>
<p>Coordenação e Supervisão:</p> <p>As atividades serão coordenadas pelo supervisor da empresa contratada, que receberá orientações e feedback do Fiscal Técnico do Contrato, designado pela Contratante. Toda atividade deve observar rigorosamente as normas de segurança, incluindo o uso adequado de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva).</p>
<p>Plano de Manutenção (PMOC):</p> <p>Em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar um PMOC detalhado, contendo o cronograma dos serviços de manutenção preventiva, seus procedimentos e periodicidades, para aprovação da fiscalização contratante.</p>
<p>Registro e Relatórios Técnicos:</p> <p>Será mantido um arquivo individual para cada equipamento, contendo informações essenciais (modelo, fabricante, capacidade, número de patrimônio, datas das manutenções, peças substituídas, responsáveis técnicos, entre outras). A cada execução de serviço (seja preventiva, corretiva, instalação ou desinstalação), a contratada deverá emitir um relatório técnico circunstanciado – assinado pelo responsável técnico – que deverá ser entregue juntamente com a Nota Fiscal.</p>
<p>Fornecimento e Garantia das Peças:</p> <p>Todas as peças utilizadas deverão ser novas, originais e possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, ou conforme a garantia do fabricante. A contratada deverá fornecer, junto com a prestação de serviços, três orçamentos prévios para a reposição de peças, permitindo à Contratante verificar a conformidade dos valores praticados no mercado.</p>

Deslocamento e Logística:

A empresa contratada arcará com todas as despesas de transporte, frete, seguro, além do deslocamento de seus técnicos até o local da prestação dos serviços.

Execução Imediata dos Serviços:

Imediatamente após a assinatura do contrato, a contratada deverá iniciar, se necessário, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, a fim de assegurar a regularidade e continuidade dos sistemas de climatização.

Padrão de Qualidade e Segurança:

Todos os procedimentos devem ser realizados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo a eficácia dos serviços e a segurança dos usuários. Os serviços de instalação e desinstalação devem ser executados com cuidado especial, atendendo às condições técnicas e de segurança, sobretudo quando envolverem manipulação de equipamentos em locais altos ou com riscos elétricos.

Testes e Aceitação dos Serviços:

Após a execução dos serviços, serão realizados testes em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato, condicionando a aceitação final ao comprovado bom desempenho e funcionalidade dos equipamentos.

5.1.2.2 Serviço de Manutenção Predial**Manutenção Preventiva:**

Consiste em uma série de procedimentos periódicos destinados a prevenir a ocorrência de falhas e a preservar a integridade dos equipamentos e sistemas que compõem o prédio.

Entre as atividades de manutenção preventiva estão: Inspeções gerais, limpeza, lubrificação e verificação dos equipamentos e instalações;

Substituição de peças e componentes de desgaste, respeitando os manuais e normas técnicas específicas;

Monitoramento técnico das condições elétricas, mecânicas e estruturais dos sistemas, visando evitar que problemas evoluam para falhas críticas;

Elaboração e execução de um cronograma previamente programado e autorizado pela Contratante.

Manutenção Corretiva:

Destinada a restabelecer os equipamentos, instalações e edificações ao seu pleno funcionamento após a ocorrência de falhas ou danos.

Caracteriza-se por: Atendimento das demandas de manutenção em até cinco dias após a solicitação, com exceção de situações de emergência, que exigem resposta imediata;

Procedimentos de diagnóstico, ajustes, reparos e, quando necessário, substituição de peças ou componentes com itens novos e originais;

Acompanhamento rigoroso do atendimento das demandas, com a realização de orçamentos prévios e controle de horas técnicas para serviços corretivos, conforme estipulado no contrato.

Serviços Complementares:

Incluem a realização de levantamentos in loco para identificação de necessidades de revisão geral ou parcial das edificações, bem como a execução de atividades de instalação, desinstalação e reposição de peças. Tais procedimentos deverão seguir as especificações técnicas e os padrões de segurança exigidos, garantindo a integridade das edificações e a continuidade dos serviços.

Local de Execução e Possíveis Alterações:

Os serviços serão realizados exclusivamente no endereço do IFPB Campus Catolé do Rocha. Entretanto, poderá haver mudanças de local ou alterações quantitativas e qualitativas no escopo, caso novas demandas surjam ou novas unidades sejam incorporadas ao atendimento.

Indicação de Preposto:

Será exigida a indicação de um preposto, com domicílio na região de prestação dos serviços, que atuará como representante legal da empresa contratada. Este profissional será o ponto focal para uma comunicação eficiente, facilitando o atendimento de demandas, a solução de problemas e garantindo o controle de qualidade de todas as atividades.

Coordenador e Fiscalização:

Todos os serviços deverão ser coordenados por um supervisor da contratada, que receberá orientações e instruções do Fiscal Técnico do Contrato. Essa coordenação visa assegurar que as atividades sejam realizadas conforme os cronogramas e procedimentos estabelecidos, além de garantir a imediata correção de eventuais irregularidades ou danos identificados.

Execução dos Serviços:

A realização dos serviços seguirá rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e os manuais dos fabricantes dos sistemas e equipamentos, garantindo que: A manutenção preventiva seja executada conforme o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC); As intervenções corretivas sejam efetuadas em tempo hábil, com orçamentos prévios e o uso obrigatório de peças novas, originais e com garantia mínima de 90 dias.

Relatórios e Registros:

A contratada deverá emitir relatórios técnicos circunstanciados após cada atendimento, detalhando as condições dos equipamentos, as intervenções realizadas, as peças substituídas e as providências adotadas. Além disso, um relatório mensal consolidado deverá acompanhar as notas fiscais, permitindo o acompanhamento e a fiscalização contínua das atividades.

Equipamentos, Ferramentas e Logística:

A empresa contratada será responsável por fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução das manutenções, bem como pelo deslocamento de sua equipe até o local, arcando com todas as despesas de frete, transporte, seguro e demais custos logísticos.

Segurança e Normas de Proteção:

Todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), cumprindo rigorosamente as normas de segurança aplicáveis, de modo a preservar a integridade física dos trabalhadores e a segurança das instalações.

Controle de Qualidade e Garantia de Materiais:

Em casos de dúvidas quanto à qualidade de algum material, peça ou componente, a contratada deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo INMETRO para comprovação. Os materiais e insumos deverão ser adquiridos ao menor preço de mercado, mediante pesquisa e apresentação de três orçamentos prévios, garantindo a economicidade sem prejuízo da qualidade.

Flexibilidade e Adaptação

A solução adotada permite a execução dos serviços conforme a demanda da unidade, possibilitando a mobilização da equipe em até cinco dias úteis para atendimento das solicitações, exceto em emergências que demandem atuação imediata. Essa abordagem assegura que os serviços sejam realizados somente quando necessários, otimizando os custos e evitando a oneração com mão de obra inativa.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no endereço do IFPB Campus Catolé do Rocha, localizado na Rua Cícero Pereira de Lima, 227. Bairro José Pereira de Lima. Catolé do Rocha - PB, CEP: 58884-000. Entretanto, poderá haver necessidade de mudanças ou incrementos de local ou alterações quantitativas e qualitativas no escopo, caso novas demandas surjam ou novas unidades sejam incorporadas ao atendimento.

5.3. Os serviços serão prestados no horário indicado na Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas previstas no Estudo Técnico Preliminar.

5.3.2. Da hora técnica e substituição de peças:

- 5.3.2.1. Para a Manutenção Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado, o valor a ser pago à Contratada será composto pela hora técnica trabalhada acrescida do custo das eventuais substituições de peças e acessórios, comprovados mediante apresentação de Orçamento.
- 5.3.2.2. Caso haja a necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios, o Contratado deverá justificar a troca e emitir orçamento para cada equipamento, detalhando os dados do aparelho (marca/modelo, número do patrimônio) e as quantidades, especificações e referências das peças e/ou acessórios a serem substituídos.
- 5.3.2.3. A substituição de peças e acessórios genuínos ou similares de primeira linha deverá ser precedida de aprovação do Contratante.
- 5.3.2.4. Os preços cobrados pelo Contratado para peças, materiais e acessórios de reposição deverão refletir os menores preços praticados no mercado onde o serviço será executado, cuja comprovação se dará pela apresentação de, no mínimo, 3 (três) orçamentos atualizados contendo o nome do fornecedor, CNPJ, descrição detalhada das peças e o valor unitário das mesmas.
- 5.3.2.5. Para peças de reposição, quando necessária sua substituição, será emitida autorização de substituição pela Fiscalização do Contrato, mediante apresentação de 03 (três) cotações, onde será adotado o preço médio.
- 5.3.2.6. A exigência do item anterior (3 orçamentos da peça) somente será dispensada caso o fornecimento da peça se der por fornecedor exclusivo, hipótese em que deverá ser apresentada a comprovação de exclusividade através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local.
- 5.3.2.7. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações ou realizar pesquisa de preços, sendo que, variações para mais ou para menos serão aceitas, porém, devem ser pautadas em critérios de razoabilidade. Caso a fiscalização constate preços menores praticados no mercado local para a mesma peça, o orçamento será recusado e o Contratado deverá apresentar novo orçamento adequado ao preço obtido pelo Contratante.
- 5.3.2.8. A fiscalização técnica da unidade será responsável pelo acompanhamento dos serviços corretivos a serem realizados, tendo como parâmetro as horas com os principais serviços corretivos abaixo, sem prejuízo a outros serviços que não estejam relacionados, podendo variar para mais ou para menos conforme a efetiva manutenção corretiva, vide tabela abaixo:

Hs/Btus 7.000 a Hs/Btus 18.000 a Hs/Btus 28.000 a Hs/Btus 60.000

Serviços Corretivos	Equipamentos	12.000	26.000	60.000	acima
Reposição compressor	Aparelho tipo split	2h	2,5h	3h	4h
Reposição placa eletrônica/sensor	Aparelho tipo split	1h	1h	2h	2h
Reposição capacitor	Aparelho tipo split	0,5h	0,5h	0,5h	0,5h
Reposição protetor térmico e relé	Aparelho tipo split	0,5h	0,5h	0,5h	0,5h
Reposição motor do ventilador	Aparelho tipo split	2h	2h	2h	2h
Reposição válvula de serviço	Aparelho tipo split	2h	2h	2h	2h
Reposição válvula ciclo reverso	Aparelho tipo split	2h	2h	2h	2h
Reposição de Gás	Aparelho tipo split	0,5h	0,5h	0,5h	0,5h
Vácuo	Aparelho tipo split	1h	1,5h	2h	2,5h
Turbina/Hélice	Aparelho tipo split	2h	2h	2h	2h
Desobstrução de Dreno	Aparelho tipo split	0,5h	0,5h	0,5h	0,5h

5.3.2.9. A

- 5.3.2.10. Caso o valor do orçamento seja maior que 50% (cinquenta por cento), igual ou superior ao valor do bem, deverá ser emitido laudo assinado por técnico competente, demonstrando a inviabilidade econômica do conserto em relação ao valor de mercado do equipamento, ficando este excluído da cobertura contratual, por ser considerado material irrecuperável, conforme disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, salvo manifestação em contrário da Administração do IFPB.
- 5.3.2.11. As peças e acessórios a serem fornecidos e substituídos pelo Contratado deverão ser novas (na caixa), não sendo admitido o uso de peças, acessórios ou suprimentos usados ou recondicionados.

5.3.2.12. As peças e acessórios substituídos pelo Contratado deverão ser entregues ao Contratante no ato do recebimento do equipamento devidamente consertado.

5.3.2.13. Fica estimado o valor anual para o Campus para materiais e peças de reposição, cujo valor não será objeto de disputa pelos licitantes.

5.3.2.14. Todos os serviços executados, bem como o fornecimento de peças e acessórios, que deverão ser genuínos ou similares de primeira linha, deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias ou, no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, a periodicidade determinada pelo fabricante, se esta for maior.

5.3.2.15. As despesas referentes ao deslocamento, estadia, alimentação e demais custos da equipe técnica correrão por conta da Contratada.

5.3.2.16. No caso de necessidade de instalação de novos equipamentos ou, de reinstalação em local diferente do que hoje se encontram instalados, as substituições/complementações de peças, serão executadas pela Contratada, mediante autorização expressa do Contratante, precedida de aprovação do orçamento e empenho prévio do valor correspondente.

5.3.2.17. A Contratada será responsável pelo fornecimento das peças de reposição, originais, após autorização escrita do Contratante, praticando sempre o menor preço de mercado. As despesas oriundas desta responsabilidade serão ressarcidas juntamente com o pagamento das faturas mensais, condicionada à apresentação de relatórios.

5.3.2.18. Nos meses em que ocorrer manutenção corretiva, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços especificando as peças substituídas durante o período, anexando cópias das Notas Fiscais de Compra com as respectivas autorizações da Contratante; e

5.3.2.19. A peça danificada só poderá ser substituída por outra nova, com garantia e em conformidade com as recomendações do fabricante.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias à realização do serviço e de valor qualitativo reconhecido e aceito pelo mercado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Serviço de Manutenção de Equipamentos de Refrigeração:

5.5.1.1. A empresa contratada deverá comprovar que dispõe de equipe técnica especializada na manutenção de equipamentos de refrigeração, incluindo aparelhos de ar-condicionado, geladeiras, freezers, frigobares, bebedouros, câmaras frias e similares. Os profissionais deverão estar qualificados e, quando aplicável, registrados nos conselhos de classe pertinentes, respeitando a regulamentação dos órgãos fiscalizadores em nível federal, estadual e municipal.

5.5.1.2. Será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica-operacional, emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública (direta ou indireta) ou por empresas privadas, que comprovem a execução satisfatória dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de refrigeração pelo período mínimo de 01 (um) ano. Os atestados poderão ser somados caso provenham de períodos distintos, ainda que não ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5.5.1.3. A execução dos serviços deverá obedecer a normas técnicas vigentes e às orientações dos órgãos reguladores, como a ABNT, além das recomendações dos fabricantes dos equipamentos. A contratada deverá garantir a eficiência e segurança na manutenção dos equipamentos de refrigeração, observando padrões rigorosos de qualidade e boas práticas do setor.

5.5.1.4. A contratada deverá apresentar um plano de ação para correção de falhas ou inadequações, contendo prazos definidos para resposta e resolução, de modo a assegurar a continuidade e o bom funcionamento dos equipamentos de refrigeração em todo o campus.

5.5.1.5. Os serviços devem favorecer a eficiência operacional, reduzir custos com trocas de equipamentos e possibilitar ambientes adequados ao ensino, à pesquisa e à administração. O bom estado dos equipamentos de refrigeração impacta diretamente a qualidade de vida e o desempenho dos usuários das instalações.

5.5.1.6. Será exigida a entrega periódica de relatórios técnicos que detalhem os serviços executados, indicando intervenções realizadas, substituições de peças, condições dos equipamentos e recomendações técnicas para o acompanhamento do desempenho.

5.5.1.7. A empresa deverá dispor de equipe de resposta rápida para atendimento de demandas emergenciais, com prazo de atendimento reduzido, visando mitigar impactos negativos na rotina do campus e assegurar o funcionamento contínuo dos ambientes refrigerados como salas de aulas e datacenter.

5.5.2. Serviço de Manutenção Predial:

5.5.2.1. A empresa deverá ser especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, contemplando áreas como instalações elétricas, subestações, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), redes de dados, instalações hidrossanitárias, e sistemas de combate e prevenção a incêndios, dentre outros elementos que compõem a estrutura física do prédio.

5.5.2.2. Deverá ser apresentada uma declaração individual dos profissionais que acompanharão a execução dos serviços, informando nome, CPF, número de registro na entidade competente, bem como a autorização destes profissionais para sua inclusão na equipe, acompanhada de declaração de compromisso da licitante em manter estes profissionais durante todo o período de execução do contrato.

5.5.2.3. Serão exigidos atestados que comprovem a experiência mínima de, pelo menos, 01 (um) ano na execução dos serviços de manutenção predial, emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública ou empresas privadas. Os atestados apresentados não poderão ser de empresas subcontratadas, devendo comprovar a experiência direta do licitante na prestação dos serviços objeto do contrato. Poderá ser considerado o somatório de períodos de atestados distintos (não necessariamente ininterruptos), conforme as diretrizes do item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, e, em caso de atestados emitidos após o período de execução, estes serão aceitos se comprovarem a execução durante, ao menos, 1 (um) ano.

5.5.2.4. A execução dos serviços deverá obedecer às normas da ABNT, INMETRO, Corpo de Bombeiros, além das prescrições, recomendações dos fabricantes e demais normas que regulamentem os procedimentos inerentes ao objeto do contrato.

5.5.2.5. Será necessário o estabelecimento e a assinatura de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) entre o órgão contratante e a empresa, o que servirá para balizar a execução dos serviços, inclusive no que tange ao faturamento das atividades que podem ser realizadas simultaneamente.

5.5.2.6. Os serviços envolverão profissionais de diversas especialidades, entre os quais:

5.5.2.6.1. Engenharia elétrica e mecânica;

5.5.2.6.2. Engenharia civil;

5.5.2.6.3. Eletricistas, técnicos eletrotécnicos e técnicos em instalações e proteção contra incêndio;

5.5.2.6.4. Soldadores, serralheiros, pintores, pedreiros, gessoiros, azulejistas, vidraceiros;

5.5.2.6.5. Bombeiros hidráulicos/encanadores e cabistas;

5.5.2.6.6. Auxiliares e ajudantes gerais;

5.5.2.6.7. Profissionais especializados em marcenaria, divisórias e esquadrias.

5.5.2.7. Estes profissionais deverão possuir a qualificação necessária e experiência comprovada, sobretudo aqueles que atuarão em áreas de risco (instalações elétricas de média tensão e subestações).

5.5.2.8. A contratada deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de proteção coletiva (EPC), bem como as ferramentas, instrumentos de medição, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

5.5.2.9. Devem ser disponibilizados também os veículos adequados para transporte e logística de cargas e pessoas, garantindo segurança e conforto durante o cumprimento das atividades.

5.5.2.10. A empresa deverá providenciar meio de comunicação comercial em período integral (telefone fixo e/ou celular e aplicativo de mensagens, como WhatsApp) com contatos atualizados dos fiscais e do gestor do contrato, assegurando uma comunicação ágil e contínua durante a execução dos serviços, com ônus integral para a contratada.

5.5.2.11. A contratada deverá contratar Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (para as pessoas físicas de engenharia presentes nas ARTs ou documento equivalente), cobrindo todo o período desde a assinatura do contrato até o término da garantia dos serviços prestados, arcando com os custos das respectivas apólices.

5.5.2.12. Deverá ser providenciado o registro das ARTs ou documentos equivalentes dos responsáveis técnicos, conforme exigido pelos respectivos conselhos, sendo imprescindível para a emissão da Ordem de Serviço inicial.

5.5.2.13. O adjudicatário deverá apresentar declaração formal de conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, assumindo o compromisso de cumprimento das especificações técnicas e dos requisitos contratuais.

Especificação da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto com domicílio na região de prestação dos serviços, que atuará como representante legal da empresa contratada. Este profissional será o ponto focal para uma comunicação eficiente, facilitando o atendimento de demandas, a solução de problemas e garantindo o controle de qualidade de todas as atividades.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. recebimento, avaliação e arquivamento, Seguros, PMOC, demais Planos e Documentos exigidos no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1. *a verificação da compatibilidade dos preços apresentados, que ocorrerá por meio de pesquisa de mercado feita pela Administração, observando-se os termos da IN n. 65/2021;*

7.5.2. *a relação ao pagamento das peças eventualmente necessárias (passíveis de troca), onde a Administração deverá ter a precaução de, durante a execução contratual, exigir notas fiscais, recibos, tabelas do fabricante ou outros documentos, bem como aferir a compatibilidade dos preços pagos com o mercado por meio de pesquisa de preços.*

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.2. *Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório serão considerados:*

7.6.2.1. *O objeto ou a etapa contratual será considerado concluído, para fins de recebimento provisório, no momento em que a contratada formalizar a entrega integral das atividades previstas para o período, o que inclui*

a execução de todas as intervenções de manutenção preventiva agendadas e a finalização dos chamados de manutenção corretiva abertos. Considera-se fato gerador dessa etapa a efetiva colocação dos sistemas de refrigeração e instalações prediais em pleno estado de operatividade, com os ambientes devidamente limpos e livres de resíduos, ferramentas ou materiais sobressalentes.

7.6.2.2. A conclusão, que é caracterizada pela entrega do acervo documental completo que subsidia a execução dos serviços. Isso envolve a apresentação dos Relatórios Mensais de Atividades, as Ordens de Serviço (OS) devidamente assinadas pelos responsáveis locais, as atualizações pertinentes ao Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e, quando aplicável, os laudos de medição e certificados de garantia de peças substituídas. A entrega desses documentos atesta que a contratada cumpriu os ritos técnicos e administrativos necessários para a fiscalização.

7.6.2.3. Por fim, o recebimento provisório, que é consolidado pela disponibilização do objeto para vistoria por parte da fiscalização. Nesse estágio, os equipamentos de climatização e sistemas prediais devem demonstrar conformidade com os parâmetros de performance exigidos no Termo de Referência (como níveis de temperatura e estabilidade elétrica). Uma vez que a contratada comunica oficialmente a prontidão dos serviços e entrega a documentação técnica, inicia-se o prazo para que a Administração realize a conferência detalhada que culminará no recebimento definitivo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a finalização do serviço prestado a cada ordem de serviço.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.49. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.50. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A18] :

7.50.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja [A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.56.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC**, com base na seguinte fórmula[A20] :

$$R = V (I - I^0) / I^0$$
, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 dias úteis**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A21] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.77 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês **04** do ano de **2025**.

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO para o Grupo I e MAIOR DESCONTO para o Grupo II.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.35. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A20] :

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica (A21)

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes:[A26]

9.41.1.2 (A27) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.[A28]

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é o que consta nas tabelas contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 26417/155895;
- II) Fonte de recursos: 100000000;
- III) Programa de trabalho: 21620;
- IV) Elemento de despesa:339039
- v) . Plano interno: L0000P0100N.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Catolé do Rocha, 22 de abril de 2026.

Romildo de Souza Lima

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

13.1. Não se aplica a esta licitação.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA 69/2025 - DG/CR/REITORIA/IFPB, de 27 de maio de 2025.

ROMILDO DE SOUZA LIMA

Membro da comissão de contratação